

UNIVERSIDADES ESPECIALIZADAS POR CAMPO DO SABER?

Lino Rampazzo

Doutor em Teologia pela
Pontifícia Universidade
Lateranense (Roma)
Professor no Curso de Direito
(Graduação e Mestrado)
do Centro UNISAL/Lorena

Introdução

O artigo anterior “Gestão Universitária: quando e como nasceram as Universidades?” terminou com duas perguntas. Como a Universidade, hoje, pode tornar-se uma Instituição aberta a todos os ramos do saber, diante da impossibilidade de qualquer uma delas ter condições de oferecer todos os cursos aprovados pelo MEC? Além disso, a nova LDB permite que sejam criadas “universidades especializadas por campo do saber” (Art 52 – Parágrafo único). Não seria isso uma contradição com o significado do termo “universidade” que indicaria a Instituição voltada para o estudo geral, ou *universal* do saber? Apontava-se para a solução deste problema: a atual reflexão sobre a interdisciplinaridade, a transdisciplinaridade, o diálogo e a integração entre as várias áreas.

E, logo em seguida, questionava-se, nesta linha de interdisciplinaridade, se era possível também uma integração entre a ciência e a fé.

Neste segundo artigo procura-se responder à primeira destas perguntas; e, no próximo, será considerada a outra questão.

1. Da unidade à fragmentação do saber: vantagens e desvantagens

Galileu, no século XVII, teve o mérito de tornar-se o pai da ciência moderna, determinando o *objeto* específico da investigação e o *método* com o qual se atingia este tipo de conhecimento. Mas a ciência moderna, com seu método, reduzia o campo da análise do saber, limitando-se aos dados próximos, imediatos, perceptíveis pelos sentidos ou por instrumentos: quer dizer, os dados da ordem material e física. Além disso, esta “ciência” fazia nascer muitas “ciências”, com campos de especialização sempre mais delimitados e uma conseqüente *fragmentação do conhecimento*. Hoje, é muito difícil contar o número de especializações criadas pela ciência moderna.

Se tudo isso, sem dúvida, foi uma riqueza para a humanidade e produziu o avanço científico e tecnológico, por outro lado, criou um cientista preso no seu campo de conhecimento, possuidor de um *saber parcial, desarticulado e incompleto*. Além disso, não raramente os produtos da tecnologia manifestaram atitudes de “destruição”, seja do homem, como do meio ambiente.

Uma das características fundamentais da ciência moderna foi o *desencantamento* do mundo, que permitiu a intervenção e manipulação da natureza. Esta, esvaziada de sua dimensão *sacral*, foi fragmentada e reduzida a recursos naturais a serviço da exploração humana. Essa visão alavancou o progresso técnico-científico e a industrialização moderna trazendo para a humanidade, ao mesmo tempo, benefícios, catástrofes e danos.

Hoje, o processo de desencantamento e fragmentação atinge o próprio ser humano. As possíveis aplicações no campo da genética são promissoras para a cura de inúmeras doenças e trarão grandes benefícios para a humanidade. Mas no rasto destas terapias virão, certamente, manipulações genéticas não mais terapêuticas, mas baseadas em desejos narcisísticos ou em pretensão eugênicas. E não serão leis jurídicas que poderão impedir estes desvios porque irão responder a demandas subjetivas criadas pela mentalidade cultural e transformadas em direitos com respaldo jurídico.

Hoje, estamos numa fase de reconsideração do caminho da ciência. A “virada” apenas aconteceu quando o homem procurou refletir não sobre as “leis da natureza”, mas sobre si mesmo, questionando o rumo da ciência que acabava “destruindo o homem” quando não estava a serviço dele. A tristíssima experiência de duas guerras mundiais no século XX, a idolatria da máquina que degenera o homem e estraga o mundo, as desigualdades socioeconômicas existentes entre o Norte e o Sul do planeta, a possibilidade real da destruição do planeta e da mesma espécie humana questionaram profundamente o caminho da ciência.

A “reconstrução” do mundo passa, obrigatoriamente, por uma nova concepção do homem que aceita apenas uma civilização a serviço do homem e nunca contra ele.

Estas reflexões questionam o *objeto* e o *objetivo* do saber.

2. Da fragmentação do saber para a interdisciplinaridade?

A “ciência”, que reduziu o seu campo de exploração aos fenômenos do mundo material, sensível, precisa redescobrir o significado originário do

mesmo “termo” que a define. “Ciência” significa, antes de tudo, “conhecimento”, “saber”. E este “saber” tem como *objeto* o *ser*, tudo o que existe: não pode, pois, reduzir ou fragmentar o seu campo de conhecimento, esquecendo toda a riqueza da “realidade”.

Aceitando esta perspectiva, ao mesmo tempo “antiga” e “nova”, em que o *objeto do saber* é simplesmente o *ser*, “tudo aquilo que existe”, o cientista de hoje começa a dialogar com cientistas de outras áreas, sempre mais convencido de que ninguém tem o monopólio da verdade. Assim, as “ciências” começam a dialogar entre elas: nasce a “interdisciplinaridade”.

E, num diálogo mais amplo que procura voltar à “unidade do saber”, conseqüência da “unidade do ser”, há a preocupação de receber contribuições de todo tipo de análise da realidade: seja por parte do saber popular, como também daquele filosófico, teológico, estético, mítico, etc. E a análise da realidade é acompanhada pela humilde convicção de que nunca sabemos tudo.

A triste experiência de uma ciência que, deixada a si mesma, acabava destruindo a natureza e, particularmente, o homem levou a questionar também o *objetivo do saber*. Este, pois, justifica-se somente quando é colocado a serviço do homem, e nunca contra ele; do homem todo e de todos os homens, sem qualquer tipo de discriminação.

Por isso os termos “diálogo”, “interdisciplinaridade”, “integração”, nos dias de hoje, são usados, com muita frequência, para indicar o *método* com o qual se quer caracterizar a abordagem do “saber”.

A Universidade é um reflexo da sociedade. Quando, no século XII elas surgiram, a visão do conhecimento não era fragmentária: e as Universidades, até por fidelidade ao seu nome, aspiravam à produção e à transmissão de um saber *universal*. Com o tempo, as Universidades refletiram a “especialização do saber”, que caracterizou as sociedades moderna e contemporânea. Talvez dessa maneira possa ser interpretado o parágrafo único do art. 52 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996, onde se lê: “È facultada a criação de universidades especializadas por campo do saber”.

Estamos, pois, diante de um dilema: ou continuar com uma visão fragmentária do saber, que já provou a necessidade de ser revista, ou abrir Universidades em que sejam oferecidos todos os cursos aprovados pelo MEC: o que é simplesmente impossível.

O dilema pode ser resolvido recorrendo à “interdisciplinaridade”.

Uma “Universidade” da área da saúde, por exemplo, permaneceria com espírito “universitário”, se abrisse espaço para as várias áreas que podem e devem dialogar com a biologia e com a medicina. Um exemplo

disso se encontra na “Bioética”, que se caracteriza pela interdisciplinaridade entre biomedicina, direito e ciências humanas.

Trata-se apenas de um exemplo, a ser estendido naturalmente para as possíveis “universidades de área específica”.

Dessa maneira, os gestores universitários proporcionariam uma síntese entre os elementos positivos da especialização e a abertura ao diálogo interdisciplinar que garante a abertura *universal* do saber.

Conclusão

A nova realidade da expansão do ensino superior no Brasil provoca os gestores a entender e responder às atuais demandas da sociedade. Trata-se da sociedade pós-moderna, caracterizada pela decepção frente a um tipo de ciência e de tecnologia responsáveis pela incapacidade de resolver os problemas da justiça social e de criar, ao mesmo tempo, os novos problemas que dizem respeito à destruição do meio ambiente.

É possível, então, pensar numa universidade “interdisciplinar” e “solidária”, conseguindo, ao mesmo tempo, sua qualidade acadêmica e sua viabilidade financeira?

Eis um grande desafio para os gestores.

REFERÊNCIAS

CHAVES, Vera Lúcia Jacob; NETO, Antonio Cabral; NASCIMENTO, Ilma Vieira (Orgs.). **Política para a Educação Superior no Brasil**: velhos temas e novos desafios. São Paulo: Xamã, 2009.

JUNGES, José Roque. Desafios das biotecnologias à teologia moral. In: TRASFERETTI, José; ZACHARIAS, Ronaldo (Orgs.). *Ser e Viver*: Bioética, biotecnologias e sexualidade. Aparecida: Santuário; São Paulo: Centro Universitário São Camilo, 2008. p. 63-75.

LAGO, Gerdel Fernandes. **Educação Superior no Brasil**. Disponível em: <<http://www.meuartigo.br/brasil escola.com/pedagogia/educacao-superior-no-brasil.htm>>. Acesso em: 03 abr. 2010.

MANCEBO, Deise; FÁVERO, M. de Lourdes de A. (Orgs.). **Universidade**: políticas, avaliação e trabalho docente. São Paulo: Cortez, 2004.

MOROSINI, Marília (Org.) **A Universidade no Brasil**: concepções e modelos. Brasília: INEP, 2006.

RAMPAZZO, Lino. **Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Loyola, 2010.

REIS, Fábio José Garcia dos. **Perspectivas da Gestão Universitária**. Taubaté: Cabral, 2003.